

O Diretor(a)-Presidente do Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições

Considerando o disposto no § 1º do art. 3º do Decreto n. 13.990, de 02 de julho de 2014 que regulamenta a Outorga de Direito de Uso dos Recursos Hídricos, de domínio do Estado do Mato Grosso do Sul;

Considerando a Resolução SEMAGRO n. 774, de 21 de março de 2022 que estabelece normas e procedimentos para a Outorga de Uso de Recursos Hídricos, e dá outras providências.

Considerando o deferimento com bases nos elementos do processo nº. 0004843/2024.

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Aprovar os atos relacionados com as Outorgas de Direito de Uso de Recursos Hídricos de domínio do Estado do Mato Grosso do Sul, devidamente registrados no Cadastro Estadual de Usuários de Recursos Hídricos – CEURH, discriminados abaixo:

|                                |                                                                        |
|--------------------------------|------------------------------------------------------------------------|
| Ato                            | OUTORGA PREVENTIVA                                                     |
| Objeto do Ato                  | Usos de recursos hídricos de domínio estadual constantes da DURH030613 |
| Requerente                     | 34.454.288/0001-96 - NOVO MUNDO INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA |
| Tipo de Ponto de Interferência | Lançamento, Transporte e Disposição Final de Efluentes                 |
| Finalidade de Uso              | Indústria                                                              |
| Município                      | MUNDO NOVO                                                             |
| Unidade de Planejamento e      | IGUATEMI                                                               |
| Coordenadas do Ponto de        | Latitude: -23° 53' 33.00" - Longitude: -54° 18' 43.00" - Projeção:     |
| Vazão Lançada                  | 15,00 m³/h                                                             |

**Art. 2º** O Outorgado constante nesta portaria deverá cumprir as seguintes condicionantes:

**1 Condicionantes Gerais:**

1. A outorga preventiva não confere direito de uso de recursos hídricos, mas se destina a reservar a vazão passível de ser outorgada, possibilitando aos investidores, o planejamento de empreendimentos que necessitem desses recursos.
2. A Outorga Preventiva não será convertida automaticamente em Outorga de Direito de Uso de Recurso Hídrico. A Outorga de Direito de Uso é um processo administrativo independente e que deverá ser solicitada antes da operação do empreendimento.
3. A Outorga não implica alienação total ou parcial das águas, mas o simples direito de uso.
4. A Outorga não exime o outorgado do cumprimento da legislação ambiental pertinente ou das exigências de outros órgãos e entidades competentes.
5. Constitui infração das normas de utilização dos recursos hídricos aquelas elencadas no Art. 24 do Decreto 13.990 de 02 de julho de 2014.
6. O Outorgado responderá civil, penal e administrativamente, por danos causados à vida, à saúde, ao meio ambiente e pelo uso inadequado que vier a fazer de presente outorga.
7. A renovação da Outorga deverá ser solicitada com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias da data limite de sua vigência.
8. O Outorgante se sujeita à fiscalização do IMASUL, por intermédio de seus fiscais, devendo franquear-lhes o acesso ao empreendimento e à documentação relativa à Outorga preventiva e de direito de recursos hídricos emitidas.
9. Para a emissão da outorga de direito de uso de recursos hídricos poderão ser solicitados, a critério da Imasul, dados referentes a outros parâmetros de qualidade dos efluentes e do corpo receptor.
10. Esta Resolução não dispensa nem substitui a obtenção, pela Outorgada, de certidões, alvarás ou licenças de qualquer natureza, exigidos pela legislação federal, estadual ou municipal.

**2 Condicionantes Específicas:**

1. Está Portaria de Outorga Preventiva de Uso de Recursos Hídricos não autoriza o lançamento de

efluente, apenas reserva água para a diluição do efluente líquido tratado, proveniente da estação de tratamento industrial do Novo Mundo Industria e Comercio de Alimentos Ltda, tendo as seguintes características: direito de lançar com vazão de até 4,17 L/s ou 15,00 m³/h de efluente líquido tratado, com regime de lançamento para 24 horas/dia e 30 dias mês, a ser lançado na margem esquerda do Córrego Guaçu, nas coordenadas supracitadas, com uma concentração de DBO de até 160,00 mg/L e Temperatura até 32,00°C;

2. As unidades de tratamento devem apresentar eficiência igual ou superior a 92,00% para a remoção da DBO5,20, devendo sempre o empreendimento atender ao previsto no Artigo 32 da Deliberação CECA n. 36/2012.

**Art. 3º** As características técnicas dos usos de recursos hídricos do empreendimento constante desta Resolução estão disponíveis no endereço eletrônico <http://www.imasul.ms.gov.br>.

**Art. 4º** O requerente constante nesta portaria deverá cumprir, naquilo que lhe couber, os dispositivos no Decreto 13.990 de 02 de julho de 2014.

**Art. 5º** Esta portaria tem efeito legal até 15 de Janeiro de 2028.

**Art. 6º** Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

ANDRE BORGES BARROS DE ARAUJO

Diretor (a) Presidente do Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul

Valide este documento em [servicos.imasul.ms.gov.br](http://servicos.imasul.ms.gov.br), informando o código de segurança 9721602950007542 na opção "Validação de Portaria de Outorga".

